



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

Processo Administrativo nº 0000274-75.2023.6.12.8000

Referência: Resolução CNJ 468/2022

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresas para fornecimento de certificados digitais aos usuários pessoas físicas (A3 e-CPF) e para servidores do datacenter (WildCard, SAN e e-CNPJ) do TRE-MS.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	Intervalo mínimo entre lances
1	Certificado digital A3 (36 meses) + Token para pessoa física	27189	Unidade	300	R\$ 431,63	R\$129.489,00	5,00
2	Certificado digital A3 (36 meses), sem token	27219	Unidade	200	R\$ 233,30	R\$ 46.660,00	5,00
3	Certificado A1 Multi-domínio SAN (Serviços que não aceitam certificado wildcard)	27170	Unidade	05	R\$ 347,00	R\$ 1.735,00	5,00
4	Certificado A1 wildcard (serviços web - dentro e fora openshift)	27170	Unidade	4	R\$ 771,25	R\$ 3.085,00	5,00
5	Certificado A1 e-CNPJ (eSocial)	27170	Unidade	1	R\$ 233,27	R\$ 233,27	5,00
TOTAL						R\$ 181.202,27	

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. A contratação será para aquisição imediata, com emissão de vouchers. A aquisição será dessa forma, porque as empresas liberam uma plataforma para realizar a gestão dos vouchers, facilitando a execução do contrato.

1.3.1 O período de execução da prestação dos serviços será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 5 (cinco) anos na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se trata de serviço continuado, conforme fundamentação constante nos Estudos Preliminares.

1.3.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2. As especificações consistem em:

2.3. Contratação de empresa para fornecimento de certificados digitais do tipo e-CPF (A3), e-CNPJ (A1), Wildcard e SAN:

2.4. Certificado Digital A3 com token para pessoa física (36 meses) e-CPF

2.4.1. Certificado digital do tipo A3 para pessoa física, padrão ICP-Brasil, compatível com a AC-JUS, com prazo de validade de 3 (três) anos;

2.4.2. Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;

2.4.3. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil;

2.4.4. Ser instalado em Tokens Criptográficos constantes da lista de equipamentos certificados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI;

2.4.5. O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.

Token

2.4.6. Token criptográfico USB capaz de armazenar certificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;

2.4.7. Fazer parte da lista de equipamentos certificados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI;

2.4.8. Total compatibilidade com os certificados digitais A3;

2.4.9. Possuir conector USB (Universal Serial Bus) tipo A versão 2.0 (ou superior compatível com 2.0);

2.4.10. Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura;

2.4.11. Possuir capacidade de armazenamento de certificados e chaves privadas de, no mínimo, 64 Kbytes;

2.4.12. Ter suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits.

2.4.13. Possuir carcaça resistente à água e à violação;

2.4.14. Compatibilidade e disponibilização de drivers para pleno uso nas plataformas Microsoft Windows7 ou superior, linux e Mac OS;

2.4.15. Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo de no mínimo 06 (seis) caracteres, ou de acordo com os critérios do Tribunal;

2.4.16. Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos;

2.4.17. Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number);

2.4.18. Permitir a inicialização e reinicialização do token mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key);

2.4.19. Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome;

2.4.20. O software de gerenciamento do dispositivo deverá estar no idioma Português do Brasil e deve permitir:

2.4.20.1. Gerenciamento do dispositivo;

2.4.20.2. Exportação de certificados armazenados no dispositivo;

2.4.20.3. Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315;

2.4.20.4. Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo;

2.4.20.5. Visualização de certificados armazenados no dispositivo;

2.4.20.6. Remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular;

2.4.20.7. Reutilização de dispositivos bloqueados, por meio de remoção total dos dados armazenados e geração de nova senha de acesso.

2.4.21. Garantia mínima de 1 (um) ano, contado a partir do aceite definitivo dos tokens.

2.4.21.1. Caso o token necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo token deverá ser fornecido, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação da fiscalização.

2.4.22. Para o item 01 os certificados serão adquiridos junto com o token, tal fato se justifica por se tratar de material acessório à prestação dos serviços. Caso sejam adquiridos em itens separados, corre-se o risco de adquirir os certificados e não adquirir os tokens ou vice-versa, podendo acarretar atraso na utilização das certificações.

2.5. Certificado A1 Multi-domínio SAN (Serviços que não aceitam certificado wildcard)

2.5.1. O certificado deve ser emitido para um endereço principal (common name) a partir de uma requisição de assinatura de certificado (CSR) criada pelo TRE-MS.

2.5.1.1. Deve ser possível adicionar até 4 (quatro) nomes alternativos (SAN), incluindo um único endereço IP de Internet (público), sem custo adicional para a CONTRANTE;

2.5.2. O Certificado SSL Multi-Domínio SAN deve ser possível a sua utilização em sub-domínios de qualquer nível e em domínios diferentes, com um maior controle sobre os endereços contidos no Certificado Digital SSL;

2.5.3. O Certificado Digital SSL Multi-Domínio SAN deve requerer apenas um endereço IP por servidor;

2.5.4. Nível de criptografia deve ser de até 512 bits e chave de até 4096 bits, as máximas existentes;

2.5.5. Deve ser fornecido em arquivo podendo ser instalado em múltiplos computadores, sem limitações, a critério da equipe técnica do TRE-MS.

2.5.6. Deve ser compatível com todos os principais servidores, navegadores e dispositivos móveis (Servidores Linux e Windows, Serviços Apache e Nginx, Navegadores Google Chrome, Firefox, Safari e Edge, Dispositivos móveis Android e iOS);

2.5.7. Deve ser emitido por Autoridade Certificadora mundialmente reconhecida;

2.5.7.1. O TRE-MS fará a verificação com uso de uma instalação padrão dos seguintes sistemas operacionais e navegadores: Servidores Linux e Windows. Navegadores: Google Chrome e Firefox;

2.5.7.2. Nos testes descritos anteriormente serão usados a última versão disponível, sem instalação de pacote adicional, utilizando apenas cadeias de certificados padrão do sistema;

2.5.7.3. Deve exibir o indicador de confiança na barra de endereço;

- 2.5.7.4. Deve exibir o cadeado na barra de endereços;
- 2.5.8. Deve possuir prazo de validade de 12 meses;
- 2.6. Certificado A1 wildcard (serviços web - dentro e fora openshift)
 - 2.6.1. O Certificado WildCard deve ser emitido com o nome comum (common name) *.seudominio.com.br e com um SAN (Subject Alternative Name) seudominio.com.bra a partir de uma requisição de assinatura de certificado (CSR) criada pelo TRE-MS;
 - 2.6.2. O * (WildCard) deve possibilitar o uso do Certificado SSL em ilimitados sub-domínios de um domínio (um nível), trocando o * por qualquer nome para o Certificado SSL funcionar automaticamente para o sub-domínio formado;
 - 2.6.3. O nível de criptografia deve ser de até 512 bits e chave de até 4096 bits, as máximas existentes;
 - 2.6.4. Deve ser compatível com todos os servidores, navegadores e dispositivos móveis;
 - 2.6.5. Deve ser emitido por Autoridade Certificadora mundialmente reconhecida;
 - 2.6.5.1. O TRE-MS fará a verificação com uso de uma instalação padrão dos seguintes sistemas operacionais e navegadores: Servidores Linux e Windows. Navegadores: Google Chrome e Firefox;
 - 2.6.5.2. Nos testes descritos anteriormente serão usados a última versão disponível, sem instalação de pacote adicional, utilizando apenas cadeias de certificados padrão do sistema;
 - 2.6.5.3. Deve exibir o indicador de confiança na barra de endereço;
 - 2.6.5.4. Deve exibir o cadeado na barra de endereços;
 - 2.6.6. Deve possuir prazo de validade de 12 meses;
- 2.7. Certificado A1 e-CNPJ (eSocial)
 - 2.7.1. O certificado deve ser emitido contendo o CNPJ do TRE-MS.
 - 2.7.2. Emitido na cadeia da Receita Federal do Brasil (AC RFB) na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
 - 2.7.3. O certificado deve ser compatível com o sistema eSocial usado pelo TRE-MS.
 - 2.7.4. Deve ser fornecido no formato pfx ou p12.
 - 2.7.5. O certificado deve ter validade de 12 meses.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A presente contratação justifica-se pois os servidores do TRE-MS necessitam assinar digitalmente documentos (e-CPF A3), bem como servidores de aplicações necessitam de certificados digitais para estarem seguros (Wildcard e SAN).
- 3.2. Os OBJETIVOS a serem alcançados por meio da contratação são: Os usuários do TRE-MS continuem acessando os serviços que exigem certificado e-CPF e que as aplicações que necessitam de certificado digital continuem funcionando.
- 3.3. Os BENEFÍCIOS diretos e indiretos resultantes da contratação são:
 - 3.3.1. Realizar acesso e assinatura digital para os servidores do TRE-MS.
 - 3.3.2. Manutenção de uso da criptografia para o tráfego de dados sensíveis em diversos serviços de redes do TRE-MS;
 - 3.3.3. Reforçar a cultura de segurança da informação ao não incentivar os usuários a ignorar alertas de segurança ao acessar serviços oficiais.
- 3.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2023, conforme Processo SEI 0009204-19.2022.6.12.8000, publicado na página deste TRE/MS na internet.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Requisitos de capacitação
 - 4.1.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica dos recursos relacionados ao objeto da contratação.

4.2. Requisitos Legais

4.2.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 (PESQUISA DE PREÇOS), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), Resolução CNJ 468/2022 e a outras legislações aplicáveis.

4.3. Requisitos Temporais

4.3.1. O início da prestação dos serviços deve ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.

4.3.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.3.3. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos.

4.4. Requisitos de Experiência Profissional

4.4.1. Os serviços deverão ser prestados por técnicos /analistas devidamente capacitados;

4.5. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.5.1. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo CONTRATANTE, que dará ciência, à CONTRATADA, de eventuais ocorrências durante a execução dos serviços .

4.6. Não há obrigatoriedade de realização de vistoria prévia do local de execução dos serviços.

4.7. Das especificações do Serviço a ser realizado

4.7.1. A contratação será para aquisição imediata, devendo a CONTRATADA fornecer vouchers, para posterior emissão dos certificados digitais.

4.8. Consórcio: Tendo em vista o valor da contratação, a baixa complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.

4.9. Garantia da Contratação: Não haverá exigência da garantia da contratação do artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. Sustentabilidade:

4.10.1. Os documentos e/ou relatórios deverão ser entregues, sempre que possível, por via informatizada de forma a não utilizar papel ou outro insumo semelhante;

4.10.2. Caso a impressão seja necessária, a empresa deve adotar práticas de impressão sustentáveis, como a utilização de papel reciclado, impressão frente e verso e a minimização do uso de tintas prejudiciais ao meio ambiente;

4.10.3 Este TRE, quando da redação da cláusula que estipula os horários de realização dos serviços, deu preferência por conciliar com horários de funcionamento do órgão onde a energia e demais insumos já são utilizados.

4.10.4 As embalagens a serem utilizadas na realização dos serviços, sempre que possível, deverá ser de material de baixo impacto ecológico.

4.10.5 A empresa contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

4.11. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Requisitar a prestação dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência
- b) nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- c) encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- d) Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

- e) receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- f) Verificar a manutenção pela CONTRATADA das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
- g) comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor total da contratação, uma vez que o pagamento será em parcela única.
- h) Aplicar penalidades à CONTRATADA, por descumprimento contratual.
- i) aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- j) liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- k) comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- l) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.
- m) definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- n) prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2. São obrigações da CONTRATADA

- a) Realizar a prestação do serviço decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência;
- b) indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- c) atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- d) reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
- e) propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- f) Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
- g) quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- h) quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- i) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à prestação do serviço, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
- j) ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- k) Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação dos serviços, na forma disposta neste Termo de Referência.
- l) fazer a transição contratual, quando for o caso;
- m) Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).
- n) Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

- o) Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 6.1. A execução do objeto terá início a partir da assinatura do contrato;
- 6.2. Os voucher poderão ser disponibilizados de forma virtual, mediante a disponibilização de plataforma online para o contratante realizar o gerenciamento dos vouchers.
- 6.3. Os serviços de emissão de certificado, poderão ocorrer de forma presencial, se a contratada possuir escritórios nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, caso contrário, a emissão deverá ocorrer de forma virtual, videoconferência para validação dos dados dos usuários (e-CPF e e-CNPJ) e baixar os certificados da plataforma para os tokens.
- 6.4. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.
- 6.5. Não será necessária transição contratual, uma vez que a contratação é de apenas uma execução.
- 6.6. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 6.6.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 6.7. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança
- 6.7.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.
- 6.7.2. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS I "a" e I "b".

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.
- 7.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.
- 7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), observando-se, em especial, as rotinas a seguir:
- 7.5.1. Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 7.5.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a

correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.5.3. Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.5.5. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6. Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6.1. Atuar tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.6.2. manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.6.3. formalizar processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.6.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6.5. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.6.5.1. requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;

7.6.5.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da CONTRATADA.

7.6.5.3. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

7.6.5.4. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO

Do recebimento

8.1. O recebimento provisório será realizado pela fiscalização (STI), no prazo de 02 (dois) dias, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

8.1.1. apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do serviço, quantidade, preços unitário e total; e

8.1.2. compatibilidade dos serviços entregues com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa.

8.2. Atendidas as condições indicadas na cláusula acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.2.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

8.3. O prazo constante no item 8.1. será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.4. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às

suas despesas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou materiais empregados (token), cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.5. A fiscalização não efetuará o ateste dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

8.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais

8.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

9.2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

9.3. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

9.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

9.5. Constatando-se situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

9.5.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

9.5.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.6. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. PRAZO DE PAGAMENTO

10.1. Após liberação dos vouchers pela CONTRATADA e realizado o recebimento definitivo, pelos fiscais, a Nota Fiscal será encaminhada para pagamento.

10.1.1. O pagamento será efetuado, em parcela única, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pela CONTRATADA.

10.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

10.4. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.5. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

11.2. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

11.2.1. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta o nome da solução, o tipo de licenciamento e as características do produto ofertado.

11.2.1.1. A empresa licitante poderá indicar, também, sítio(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o produto/serviço ofertado.

11.3. Será dado **direito de preferência** previsto na Lei Complementar n.º 123/2006 à licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha declarado seu enquadramento como tal.

11.3.1. Para esta contratação os itens serão de ampla participação com a finalidade de ampliar a competitividade, uma vez que as principais certificadoras não são de pequeno porte.

12. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

12.1. CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente

válida, constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;
12.2. CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;
12.3. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
12.4. Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 181.202,27 (cento e oitenta e um mil duzentos e dois reais e vinte e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

13.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre CONTRATANTE e CONTRATADA, conforme especificado na matriz de risco.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

14.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;
- II) Fonte de Recursos: : 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;
- III) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054 ;
- IV) Elemento de Despesa: 3390.40.23 – Outros Serviços de Terceiros - PJ;

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Termo de Contrato Administrativo.

Campo Grande, MS.

MARCELO SILVA DE NOVAES
Integrante Demandante

ULYSSES ALMEIDA PEREIRA NETO
Integrante Técnico

SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI
Integrante Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Técnico Judiciário**, em 29/08/2023, às 15:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1497273** e o código CRC **B7C19DD7**.



0000274-75.2023.6.12.8000

1497273v1